

Geradora Eólica
Bons Ventos da
Serra I S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 Dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.**
Fortaleza - Ceará

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação à administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 6 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6 "S" CE



João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	229	658	Empréstimos e financiamentos	9	2.780	2.509
Depósitos vinculados	7	386	344	Debêntures	9	1.258	57
Contas a receber	5	1.255	1.219	Fornecedores a pagar		554	3.272
Impostos a recuperar		120	-	Encargos tributários e trabalhistas		393	358
Despesas antecipadas	6	1.270	843	Retenções contratuais		-	515
Outros ativos		39	94	Dividendos a pagar		-	55
Total do ativo circulante		3.299	3.158	Provisão para ressarcimento de energia	10	1.030	-
				Fianças a pagar	11	1.096	574
				Outras contas a pagar		2	1
				Total do passivo circulante		7.113	7.341
Despesas antecipadas	6	491	-	Dividendos a pagar		55	-
Depósitos vinculados	7	8.539	6.354	Fianças a pagar	11	484	-
Impostos diferidos	19	-	362	Outras contas a pagar		12	17
Imobilizado	8	119.161	124.784	Debêntures	9	12.112	13.055
Total do ativo não circulante		128.191	131.501	Empréstimos e financiamentos	9	34.979	32.439
				Provisão para desmobilização	12	1.457	1.418
				Total do passivo não circulante		49.099	46.929
				Patrimônio líquido	13		
				Capital social		80.212	80.212
				Reserva de lucros		-	177
				Prejuízos acumulados		(4.934)	-
				Total do patrimônio líquido		75.278	80.389
Total do ativo		131.490	134.659	Total do passivo e patrimônio líquido		131.490	134.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
Receita líquida de vendas	14	13.090	3.914
Custo das vendas	15	<u>(10.473)</u>	<u>(3.150)</u>
Lucro bruto		2.617	764
Despesas gerais e administrativas	16	(1.227)	(4.026)
Outras receitas, líquidas	17	<u>-</u>	<u>6.680</u>
Resultado antes dos resultado financeiro e dos impostos		1.390	3.418
Receitas financeiras	18	725	741
Despesas financeiras	18	<u>(6.864)</u>	<u>(2.513)</u>
Resultado financeiro líquido	18	(6.139)	(1.772)
Resultado antes dos impostos		(4.749)	1.646
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	19	-	(419)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	19	<u>(362)</u>	<u>(166)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>(5.111)</u>	<u>1.061</u>
Quantidade de ações em milhares		168	168
Lucro líquido (prejuízo) do exercício, básico e diluído, por ação em Reais (R\$)		(30.423)	6.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(5.111)	1.061
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(5.111)</u>	<u>1.061</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro a realizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2016	72.412	-	-	(829)	71.583
Aumento de capital (Nota 13)	7.800	-	-	-	7.800
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.061	1.061
Constituição de reservas (Nota 13)	-	11	166	(177)	-
Dividendos propostos (Nota 13)	-	-	-	(55)	(55)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	80.212	11	166	-	80.389
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.111)	(5.111)
Compensação com prejuízos acumulados (Nota 13)	-	(11)	(166)	177	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	80.212	-	-	(4.934)	75.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.749)	1.646
Ajustes para:		
Depreciação	5.848	1.617
Juros provisionados	4.995	5.891
Provisão para ressarcimento de energia	1.257	
	<u>7.350</u>	<u>9.154</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(36)	(147)
Despesas antecipadas	(918)	
Outros ativos	55	2.842
Fornecedores a pagar	(2.718)	
Fianças a pagar	1.006	
Outras obrigações	(212)	1.725
	<u>4.527</u>	<u>13.574</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>4.527</u>	<u>13.574</u>
Pagamento de juros de empréstimos e debêntures	<u>(4.293)</u>	<u>(2.934)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>234</u>	<u>10.640</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Depósito vinculado	(2.227)	(5.960)
Rendimento de aplicação financeira	(720)	(738)
Aquisição de imobilizado	(84)	(18.794)
	<u>(3.031)</u>	<u>(25.492)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(3.031)</u>	<u>(25.492)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aporte de capital de acionistas	-	7.800
Custos de captação a amortizar	(263)	(142)
Recursos provenientes de novos financiamentos	4.003	-
Pagamento de empréstimos e debêntures - principal	(1.372)	(1.171)
	<u>2.368</u>	<u>6.487</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>2.368</u>	<u>6.487</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(429)</u>	<u>(8.365)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	658	9.023
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>229</u>	<u>658</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(429)</u>	<u>(8.365)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. (“BVS” ou “Companhia”), sociedade de propósito específico, com sede na cidade de Fortaleza, CE, e filial na Fazenda Malhadinha I no município de Ibiapina-CE, constituída em 12 de julho de 2011, tem por objetivo social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a Central Geradora Eólica Malhadinha I, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente da Central Geradora Eólica Malhadinha I e quaisquer outros direitos relacionados à essa atividade, ligados exclusivamente à Central Geradora Eólica Malhadinha I.

A Central Geradora Eólica Malhadinha I, propriedade da Companhia, vendeu 12 MW (Não auditado) no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizado em 18 de agosto de 2011, conforme o Edital de Leilão nº 03/2011-ANEEL.

A Servtec Investimentos e Participações Ltda. e a Brave Winds Geradora II S.A. são os acionistas (“Acionistas”) da Companhia, cada uma com 50% do capital social da Companhia.

Em dezembro de 2014, a Companhia protocolou na ANEEL o pedido de aptidão para operar em face do atraso no sistema de transmissão de responsabilidade da concessionária CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que possui a concessão dos direitos de transmissão. Em 9 de fevereiro de 2015 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a liberação da Companhia como apta para operar a partir de 30 de dezembro de 2014.

Em 21 de setembro de 2016, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.527, liberando as unidades geradoras da BVS para início das operações em fase de teste a partir de 22 de setembro de 2016.

Em 19 de outubro de 2016, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.793, autorizando o início das operações de geração a partir de 20 de outubro de 2016. Desde esta data, a Companhia está disponibilizando sua energia produzida.

1.1 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro 2017, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 3.814 (Em 31 dezembro de 2016, R\$ 4.183).

Conforme estimativas da Administração, esse capital circulante líquido negativo será normalmente revertido com a geração futura de caixa pela Companhia, decorrente de sua própria atividade, cuja expectativa de geração de caixa para o exercício de 2018 é de R\$ 7.200.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui o saldo de R\$ 8.539 (Em 31 de dezembro de 2016, R\$ 6.354) em depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme apresentado na Nota 7, cujo saldo é superior ao capital circulante líquido negativo apresentado.

1.2 Resolução normativa

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e a exploração da Central Geradora Eólica EOL Malhadinha I, com potência instalada de 23,1 MW/h (Não auditado). O prazo de autorização é de 35 anos, contados a partir da publicação da respectiva Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL ou a pedido da autorizada. Abaixo, detalhes da Resolução concedida pela ANEEL:

Usina	Resolução ANEEL	Data da publicação
EOL Malhadinha I	Portaria 228, de 10 de abril de 2012	16 de abril de 2012

1.3 Contrato de Energia de Reserva (CER)

O contrato de venda de energia foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 15 de agosto de 2012, por um prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade GWh/ano	Preço R\$/MWh Agosto/2011	Início da operação comercial	Final do contrato
EOL Malhadinha I	105,1	98,95	01/07/2014	Jun/2034

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de julho, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de setembro de 2011.

O contrato de venda de energia prevê a composição dos rendimentos em receita fixa mensal, receita variável e receita antecipada, conforme comentado na Nota 5.

1.4 Custo de implantação

O custo total do projeto foi de R\$ 131.800, cujos recursos necessários para a conclusão do empreendimento apresentam as seguintes fontes:

	Valor	%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	39.500	29,97%
Recursos próprios	80.200	60,85%
Debêntures incentivadas	10.300	7,81%
Receita financeira	1.800	1,37%
	<u>131.800</u>	<u>100%</u>

Em 20 de março de 2012, o projeto foi enquadrado para análise da viabilidade do apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade *Project Finance*. Entretanto, devido à alteração no fornecedor dos aerogeradores e da consequente alteração na modalidade de contratação de *full EPC (Engineering, Procurement and Construction Contracts)* para contratação de fornecimento dos aerogeradores e *BOP (Balance of Plant Equipment)* civil e eletromecânico, foi necessária a solicitação de novo enquadramento. Este novo enquadramento ocorreu em 7 de janeiro de 2014, já considerando os contratos vigentes para implantação do parque eólico.

Os recursos de origem do BNDES - FINEM foram liberados parcialmente em agosto de 2015 no montante de R\$ 35.800, e o saldo residual de R\$ 3.700 em maio de 2017. A 1ª parcela do Subcrédito Social no valor de R\$ 283 foi liberada em dezembro de 2017 e o saldo final está previsto para ser desembolsado quando da comprovação da conclusão do Projeto Socioeconômico.

1.5 Outros aspectos relevantes

REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura

Com relação aos tributos de competência Federal, o Projeto estava enquadrado no REIDI (Lei nº 11.488/07), isentando o PIS-Importação e a COFINS-Importação nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura, e seus fornecedores nacionais de PIS e COFINS sobre as receitas de suas respectivas operações de venda ao projeto. Em 18 de julho de 2017 através do Processo nº 10380.725.278/2017, foi solicitado o cancelamento da habilitação e a co-habilitação do benefício, haja vista o encerramento das obras do Projeto. A revogação foi declarada no Ato Declaratório nº 36, de 21 de julho 2017.

Enquadramento do projeto como prioritário

Em 5 de dezembro de 2013, foi publicado no DOU a Portaria nº 425 emitida pelo MME - Ministério de Minas e Energia, aprovando como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Malhadinha I, de titularidade da Companhia.

Regime Especial de Tributação

Em 4 de dezembro de 2014, foi publicado no DOU o Ato Declaratório Executivo nº 123 de 3 de dezembro de 2014, reconhecendo a opção da Companhia pelo regime especial de tributação relativamente à contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

Licença ambiental e autorizações

Em 31 de dezembro de 2013, o projeto já possuía todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para implantação do parque.

Em novembro de 2014, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (“SEMACE”) emitiu as licenças de operação do parque (nº. 314/2014) e da linha de transmissão (nº. 310/2014) com validade até novembro de 2018, cujo processo de renovação está em andamento.

1.6 Administração e governança

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é composta por um diretor administrativo-financeiro e um diretor técnico, eleitos pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração é composto por quatro membros efetivos e igual número de suplentes.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos seus Acionistas e Diretores em 6 de março de 2018.

Após a sua emissão, somente os Acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

- **Nota explicativa 12** - Provisão para contingências e provisão para desmobilização dos ativos em operação.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Receita operacional

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, que ocorre quando do fornecimento e medição da energia elétrica.

3.2 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita e despesas de juros;
- Juros sobre empréstimos e financiamentos, e comissão de fiança; e,
- Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

3.3 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

- A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.
- Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

- Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.
- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de sua subsidiária individualmente.
- Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.
- Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.
- A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.
- Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.4 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

(iii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou,
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.6 Financiamentos e empréstimos

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos e financiamentos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, estão incluídos no custo do imobilizado em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme CPC 20 - Custos de Empréstimos, considerando os seguintes critérios para capitalização: a) O período de capitalização ocorre quando o ativo qualificável encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item encontra-se disponível para utilização; b) Os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização ou, para aqueles ativos nos quais foram obtidos empréstimos específicos, as taxas destes empréstimos específicos; c) Os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e d) Os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil estimada determinados para o item ao qual foram incorporados.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos qualificados para capitalização.

3.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.8 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.9 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(ii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.10 Capital social

Ações são classificadas como patrimônio líquido.

3.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados.

3.12 Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

(ii) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento, visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

3.13 Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

a. *CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) *Classificação - Ativos financeiros*

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização do ativo financeiro da concessão.

(ii) *Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais*

A IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita não existir impacto significativo em perdas por redução ao valor recuperável para os ativos no modelo do CPC 48 / IFRS 9.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

b. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas e o CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção.

(i) Transição

A Companhia planeja adotar o CPC 47 / IFRS 15, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia está, atualmente, realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 48 / IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

c. IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que

representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia realizou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais do terreno onde o empreendimento eólico está localizado.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

d. Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Bancos - conta movimento	4	8
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	225	650
	229	658

- (i) Estão representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancário (CDB), com remuneração fixada em 99% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os prazos para resgate são imediatos, com incidência de IRRF. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e possuem compromisso de recompra pelo emissor.

Uma análise quanto ao risco de crédito e de mercado está descrita na Nota 21.

5 Contas a receber

	2017	2016
Receita - CCEE (i)	1.255	1.219
Total	1.255	1.219

- (i) A Companhia tem direito ao recebimento da receita fixa mensal a partir do período de entrega da energia contratada, conforme descrito na Nota 1. O efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à emissão do Despacho de aptidão para operar pela ANEEL, que ocorreu em dezembro de 2014.

6 Despesas antecipadas

Referem-se, substancialmente, a fianças bancárias referentes aos empréstimos junto ao BNDES e financiamento através de emissão de debêntures, apresentado na Nota 9.

Adicionalmente, há seguros referente, por exemplo, à responsabilidade civil, riscos relacionados ao cumprimento de obrigações com transmissora e Operador Nacional do Sistema Elétrico, risco operacional e seguro de vida em grupo, que são apropriados ao resultado de acordo com o período de vigência e competência. Abaixo, composição:

	2017	2016
Seguros à apropriar	133	190
Fianças à apropriar	1.628	653
Total das despesas antecipadas à apropriar	1.761	843
Circulante	1.270	843
Não circulante	491	-

7 Depósitos vinculados

	2017	2016
Conta centralizadora (a)	386	344
Conta reserva serviço da dívida BNDES (b)	1.194	1.068
Conta reserva serviço da dívida Debêntures (c)	686	634
Conta reserva de O&M (d)	470	434
Conta reserva especial (e)	5.959	4.008
Conta de pagamento de debêntures (f)	230	210
	8.925	6.698
Circulante	386	344
Não circulante	8.539	6.354

Refere-se a obrigações contratuais do financiamento com o BNDES e do registro de emissão de debêntures, conforme apresentado abaixo:

- (a) Conta centralizadora - conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo se refere ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no circulante.
- (b) Conta reserva serviço da dívida BNDES - constituída pelo saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do serviço da dívida, vincendas, constituídas do principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (c) Conta reserva serviço da dívida Debêntures - constituída pelo saldo equivalente ao valor da próxima prestação vincenda do serviço da dívida de debêntures. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (d) Conta reserva de O&M - constituída pelo o valor necessário para perfazer o equivalente a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do valor anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (e) Conta reserva especial - constituída com recursos transferidos da Conta Centralizadora, após observada a ordem de pagamentos e transferências determinada pelo Contrato de Financiamento. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (f) Conta de pagamento de debêntures - constituída mensalmente por recursos equivalentes ao valor correspondente a $\frac{1}{6}$ (um sexto) da próxima prestação vincenda. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.

Os saldos são mantidos em contas de aplicação financeiras em renda variável, junto ao fundo Soberano Simples FIC, cujos rendimentos, no período de 12 meses anteriores, foi de 13,78% a.a.

8 Ativo imobilizado

A Companhia iniciou a construção da EOL Malhadinha I no exercício de 2013.

O ativo imobilizado pode ser apresentado da seguinte forma:

	01/01/2016	Adição	Transferências	Baixas	31/12/2016	Adição	Transferências	Baixas	31/12/2017
Administração / Comercialização									
Máquinas e equipamentos	20	-	-	-	20	4	-	-	24
Equipamentos e processamentos de dados	19	-	-	(3)	16	-	-	-	16
Moveis e utensílios	33	7	-	-	40	1	-	-	41
Benfeitoria em imóveis de terceiros	33	-	-	-	33	-	-	-	33
Torres anemométricas	131	-	(131)	-	-	-	-	-	-
Direito de uso de software	2	-	-	-	2	-	-	-	2
Subtotal Administração / Comercialização	238	7	(131)	(3)	111	5	-	-	116
Parque eólico									
Acessos, obras e instalações	-	49	32.377	-	32.426	529	1.119	-	34.074
Sobressalentes	-	-	52	-	52	-	-	-	52
Transformador	-	-	1.090	-	1.090	-	-	-	1.090
Torres	-	-	5.582	-	5.582	-	-	-	5.582
Geradores	-	-	16.320	-	16.320	-	-	-	16.320
Nacelle	-	-	13.651	-	13.651	-	-	-	13.651
Pás	-	-	22.084	-	22.084	-	-	-	22.084
Outros Materiais e equipamentos	-	253	32.332	-	32.585	495	-	(944)	32.136
Projetos Sociais - Doação	-	-	-	-	-	140	-	-	140
Subtotal Parque eólico	-	302	123.488	-	123.790	1.164	1.119	(944)	125.129
Provisão para desmobilização (*)	-	1.418	-	-	1.418	-	-	-	1.418
Imobilizado em operação	238	1.727	123.357	(3)	125.319	1.169	1.119	(944)	126.663

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.
Demonstrações financeiras em
31 Dezembro de 2017 e 2016

	01/01/2016	Adição	Transferências	Baixas	31/12/2016	Adição	Transferências	Baixas	31/12/2017
Construção em andamento	21.608	1.276	(22.884)	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para inversões fixas	3.128	-	(2.009)	-	1.119	-	(1.119)	-	-
Linha de Transmissão	1.230	-	(1.230)	-	-	-	-	-	-
Subestação em andamento	1.959	1.197	(3.098)	(58)	-	-	-	-	-
Equipamento em andamento	64.041	7.757	(71.669)	(129)	-	-	-	-	-
Montagem eletromecânica em andamento	3.922	1.661	(5.526)	(57)	-	-	-	-	-
Filtros Harmônicos	1.589	1.147	(2.736)	-	-	-	-	-	-
Custos na fase de implantação	9.928	4.277	(14.205)	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	107.405	17.315	(123.357)	(244)	1.119	-	(1.119)	-	-
Depreciação dos bens em operação	(37)	6	-	-	(31)	(13)	-	-	(44)
Depreciação do parque eólico	-	(1.603)	-	-	(1.603)	(5.753)	-	-	(7.356)
Amortização desmobilização	-	-20	-	-	(20)	(82)	-	-	(102)
Depreciação Acumulada	(37)	(1.617)	-	-	(1.654)	(5.848)	-	-	(7.502)
Total	107.606	17.425	-	(247)	124.784	(4.679)	-	(944)	119.161

(*) Trata-se de bens adquiridos como parte da cláusula de projetos sociais do empréstimo do BNDES.

(**) Com a finalidade de estimar os custos de desmobilização da Usina Eólica de propriedade da Companhia, a mesma contratou uma empresa terceirizada que apresentou um laudo técnico precisando o custo de desmobilização da Usina Eólica. O estudo apontou que o custo aproximado de desmontagem do parque seria um valor de R\$ 1.418.

No ativo imobilizado estão capitalizados custos de empréstimos e financiamentos ocorridos até 31 de dezembro de 2016, durante a fase de construção, no montante total de R\$ 4.972 .

As taxas de depreciação anuais, de acordo com a vida útil estimada para cada componente são conforme a seguir apresentadas:

	Taxas anuais médias de depreciação
	(%)
Administração / Comercialização	
Equipamentos gerais	10
Veículos de uso administrativo	20
Equipamentos gerais de informática	20
Urbanização e benfeitorias	8
	Taxas anuais médias de depreciação
	(%)
Parque eólico	
Sobressalentes	5
Transformador	2,86
Torres	3,33
Geradores	5
Nacelle	4
Pás	6,67
Outros materiais e Equipamentos	5
Acesso, Obras, Instalações	3,33

Em 2017, a depreciação do exercício alocada ao custo das vendas monta R\$ 5.835 (2016 - R\$ 1.546); às despesas, R\$ 13 (2016 - R\$ 72).

A Companhia, anualmente, revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

A Companhia cedeu como garantia aos empréstimos e financiamentos máquinas e equipamentos relativo ao projeto, adquiridos, montados ou construídos também com recursos do contrato de financiamento, conforme apresentado na Nota 9.

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia possui empréstimos e financiamentos junto BNDES com o fim de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata, incluindo centrais geradoras eólicas. Esse endividamento está apresentado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 conforme demonstrado a seguir :

	Taxas	2017	2016
Empréstimos e financiamentos			
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2,65% a.a. e TJLP	38.003	34.970
(-) Custos de captação de empréstimos e financiamentos		(244)	(22)
		<hr/>	<hr/>
		37.759	34.948
Circulante		2.780	2.509
Não circulante		34.979	32.439
Debêntures			
	9,43% a.a.e IPCA	13.529	13.230
(-) Custos de captação de debêntures		(159)	(118)
		<hr/>	<hr/>
		13.370	13.112
Circulante		1.258	57
Não circulante		12.112	13.055
Total empréstimos, financiamentos e debêntures		51.129	48.060

A seguir, conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

Saldo em 1 de janeiro de 2016	46.416
Amortização de principal	(1.171)
Juros pagos	(2.934)
Ingresso proveniente de novos empréstimos	-
Custos de captação	(142)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>5.891</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	48.060
Amortização de principal	(1.372)
Juros pagos	(4.293)
Ingresso proveniente de novos empréstimos	4.003
Custos de captação	(263)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>4.995</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u><u>51.129</u></u>

As obrigações decorrentes do contrato de financiamento com o BNDES e escritura de emissão de debêntures estão garantidas por fianças bancárias:

- Carta Fiança 4525517- Escritura de Emissão de Debêntures: Emitida em 16 de junho de 2017 pelo Banco ABC Brasil S.A. válida até 10 de junho de 2019.
- Carta Fiança 4475917 - Contrato de Financiamento BNDES Nº 15.2.0287.1. Emitida em 5 de maio de 2017 pelo Banco ABC Brasil S.A. válida até 6 de maio de 2019.
- Carta Fiança 4552017 - Contrato de Financiamento BNDES Nº 15.2.0287.1. Emitida em 10 de julho de 2017 pelo Banco ABC Brasil S.A. válida até 10 de julho de 2019.
- Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as garantias da operação do empréstimo do BNDES e das debentures são compartilhadas, podendo ser assim demonstradas:
- Os acionistas e suas intervenientes deram em penhor a totalidade das ações na Companhia de sua titularidade.
- A Companhia cedeu fiduciariamente ao BNDES os direitos creditórios de que é titular provenientes do Contrato de Energia de Reserva n. 159/11 (CER). A Companhia, concedeu em penhor:
 - Os direitos emergentes da autorização decorrente da Portaria nº 228 de 13 de abril de 2012;
 - Máquinas e equipamentos relativo do projeto, a serem adquiridos, montados ou construídos com recursos do contrato de empréstimo e financiamento;
 - Os direitos creditórios provenientes do contrato de fornecimento de bens e serviços para a implantação do Parque Eólico Malhadinha I (Aerogeradores), firmado em 5 de julho de 2013, entre a Beneficiária e a WEG Equipamentos Elétricos S.A.;

- Os direitos creditórios provenientes do contrato de Operações e Manutenção durante o período de Pós Garantia dos Aerogeradores no Empreendimento EOL Malhadinha I, firmado em 28 de abril de 2014, entre a beneficiária e a WEG Equipamentos Elétricos S.A.;
- Os direitos creditórios provenientes do instrumento particular de arrendamento, assunção de obrigações e outros pactos, de 19 de setembro de 2008 e seus aditamentos, celebrado entre a Companhia, a Polariza-Polar Agropecuária e Imobiliária S.A. e a interveniente SERVTEC;
- Os direitos creditórios provenientes de qualquer outro contrato relativo ao projeto que venha a ser celebrado e que seja relevante para sua operação e cuja contratação requeira anuência do BNDES.

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência dos contratos de empréstimo, financiamento e debêntures, ICSD (Índice de Cobertura de Serviço de Dívida) igual ou superior a 1,30. Adicionalmente para as Debêntures, a Companhia deverá manter a projeção do ICSD, durante toda a vigência das Debêntures, índice projetado equivalente a 1,30, no mínimo. Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, a adimplência financeira, manutenção de garantias e das certidões públicas. O não cumprimento de tais cláusulas restritivas podem culminar em vencimento antecipado das parcelas. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia cumpriu todas as exigências relacionadas às cláusulas restritivas.

10 Provisão para ressarcimento de energia

Em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 1.030 se refere ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que será faturada conforme contrato de comercialização de energia elétrica.

11 Fianças a pagar

	2017	2016
Fianças - BNDES	976	449
Fianças - Debêntures	<u>604</u>	<u>125</u>
	<u>1.580</u>	<u>574</u>
Circulante	1.096	574
Não circulante	484	-

12 Provisões

(i) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2017 e 2016, sobre questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil.

(ii) Provisão para desmobilização

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 1.457, (Em 31 de dezembro de 2016, R\$ 1.418) registrada no passivo não circulante com a finalidade de mensurar o custo de recuperação ambiental das áreas degradadas pela atividade explorada, o volume de material proveniente do desmatamento do parque e suas instalações e o volume de material considerado sucata, bem como os valores provisionados para a realização de tais serviços quando do desmonte da EOL Malhadinha I.

A valorização dos materiais foi realizada, utilizando-se o preço do peso de cada material específico, comercializado por empresas de sucata. Para o cálculo do valor necessário para a remoção dos materiais do parque, foi adquirido dos fabricantes o peso de cada um dos principais componentes de uma central geradora eólica. Para cálculo dos recursos necessários para a desmobilização, foram estimadas horas/homem e horas/máquinas para desmonte, corte e fracionamento de componentes, bem como limpeza da área do parque, transporte e destinação do material gerado. Em dezembro de 2017, a Companhia realizou cálculo de atualização do valor da provisão para desmobilização dos seus ativos imobilizados, utilizando o IPCA.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Capital Social da Companhia é composto por 168.150 ações que correspondem a R\$ 80.212

Conforme apresentado na Nota 1, a Servtec Investimentos e Participações Ltda. e a Brave Winds Geradora II S.A. são os acionistas da Companhia, cada uma com 50% do capital social da Companhia.

O quadro abaixo apresenta a quantidade de ações e o valor correspondente ao aumento de capital social ocorrido em 2016.

Data da ata	Quantidade de ações	Valor do aumento de capital
04/07/2016	8.512	4.000
20/07/2016	2.116	1.000
27/12/2016	6.032	2.800
	<u>16.660</u>	<u>7.800</u>

Em 2017, não ocorreu movimentação de capital.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em 2016, foi constituída reserva legal no valor de R\$ 11, cujo valor foi utilizado para compensação de prejuízos acumulados em 2017.

c. Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício.

Em 2016, foi constituída reserva de lucros no valor de R\$ 166, cujo valor foi utilizado para compensação de prejuízos acumulados em 2017.

d. Dividendo mínimo obrigatório

Do lucro remanescente, após as deduções e destinações, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.

Em 2016, foi proposto o valor de R\$ 55 de dividendos.

14 Receita líquida de vendas

	2017	2016
Receita de energia contratada	13.586	4.062
PIS	(88)	(26)
COFINS	(408)	(122)
	13.090	3.914
	13.090	3.914

15 Custos das vendas

	2017	2016
Depreciações	(5.835)	(1.546)
Encargos de uso do sistema de transmissão - TUST	(1.770)	(495)
Custos regulatórios	(166)	(31)
Custos gerais	(228)	(33)
Custos com manutenção	(615)	(150)
Custos com pessoal	(606)	(264)
Serviços de terceiros	(467)	(202)
Custo sócio ambiental	(101)	(15)
Custos com infraestrutura	(670)	(394)
Outros custos	(15)	(20)
	(10.473)	(3.150)
	(10.473)	(3.150)

16 Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Despesas regulatórias (i)	-	(998)
Despesas gerais	(29)	(365)
Despesa com manutenção	(8)	(322)
Despesas com pessoal	(381)	(898)
Serviços de terceiros	(438)	(909)
Despesa com infraestrutura	(63)	(153)
Despesa com publicações	(46)	(40)
Depreciações	(13)	(72)
Projetos sociais	(128)	
Outras despesas administrativas	(121)	(269)
	<u>(1.227)</u>	<u>(4.026)</u>

- (i) Em 2016, o valor reconhecido como despesas regulatórias se referem às despesas incorridas entre o período apto para operação e efetiva operação. Em 2017, os gastos regulatórios foram classificados no custo das vendas face à entrada em operação da Companhia. Veja comentário adicional na Nota 17.

17 Outras receitas (despesas), líquidas

	2017	2016
Outras receitas (i)	-	8.826
Outras despesas (ii)	-	(2.146)
Outras receitas, líquidas	<u>-</u>	<u>6.680</u>

- (i) O montante reconhecido como outras receitas no exercício de 2016 (até o mês de setembro) se refere à receita fixa mensal do Contrato de Venda de Energia de Reserva. Tendo em vista que a Companhia entrou em operação somente em 20 de outubro de 2016, a receita contratual recebida, anteriormente, foi registrada como outras receitas.
- (ii) Em 2016, o valor reconhecido como outras despesas se refere às despesas incorridas entre o período apto para operação e efetiva operação, tais como: encargos de uso do sistema de transmissão; despesa sócio ambiental; despesa com pessoal, despesa com infraestrutura, entre outras despesas.

18 Resultado financeiro líquido

	2017	2016
Receita financeira de aplicações financeiras	720	738
Variação monetária ativa	5	3
Receita financeira	725	741
Juros sobre empréstimos e financiamentos (i)	(4.995)	(1.663)
Fianças bancárias	(1.272)	(388)
Juros passivos	(414)	(365)
Imposto sobre movimentações financeiras - IOF	(71)	(2)
Outras despesas financeiras	(112)	(95)
Despesas financeiras	(6.864)	(2.513)
Resultado financeiro líquido	<u>(6.139)</u>	<u>(1.772)</u>

- (i) Até agosto de 2016, a Companhia capitalizou juros de empréstimos e financiamentos no ativo imobilizado, uma vez que o ativo entrou em operação a partir de setembro de 2016.

19 Tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 5.332 (Em 31 de dezembro de 2016, R\$ 924), cujos ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios. Adicionalmente, foi realizada a baixa das provisões de impostos diferidos ativos de exercícios anteriores no montante de R\$ 362 classificado no ativo não circulante.

Imposto de renda e contribuição social - Corrente	2017	2016
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.749)	1.646
(+) Adições	341	360
(-) Exclusões	<u>-</u>	<u>(145)</u>
(=) Lucro (prejuízo) contábil	(4.408)	1.861
(-) Compensação prejuízo fiscal	<u>-</u>	<u>(558)</u>
(=) Lucro tributável (prejuízo)	(4.408)	1.303
Imposto de renda	-	196
Imposto de renda adicional	<u>-</u>	<u>106</u>
Contribuição social	<u>-</u>	<u>302</u>
	<u>-</u>	<u>117</u>
Total imposto de renda e contribuição social - Corrente	<u>-</u>	<u>419</u>
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	2017	2016
Compensação de prejuízos fiscais		558
Imposto de renda		84
Imposto de renda adicional		<u>32</u>
Imposto de renda - Diferido	(279)	116
Contribuição social - Diferido	<u>(83)</u>	<u>50</u>
Total imposto de renda e contribuição social - Diferido (i)	<u>(362)</u>	<u>166</u>

- (i) Conforme apresentado no texto acima, o valor de R\$ 362, em 2017, se refere à baixa das provisões de impostos diferidos ativos de exercícios anteriores.

20 Partes relacionadas

a. Transação com partes relacionadas

Companhia é controlada pela Servtec Investimentos e Participações Ltda. e pela Brave Winds Geradora II S.A., cada uma com 50% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, há o saldo de R\$ 55 de dividendos a distribuir aos acionistas, o qual foi realizado no exercício de 2017.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e os diretores. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração em 2017 foi de R\$ 171 (R\$ 660 em 2016).

21 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com remuneração em títulos de curto prazo.

	2017		2016	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e recebíveis				
Bancos e aplicações	229	229	658	658
Contas a receber	1.255	1.255	1.219	1.219
Mensurado ao valor justo por meio do resultado				
Depósitos vinculados	8.925	8.925	6.698	6.698
Passivos conforme o balanço patrimonial				
Outros passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	37.759	37.759	34.948	34.948
Debêntures	13.370	13.370	13.112	13.112
Dividendos a pagar	55	55	55	55
Fornecedores	554	554	3.272	3.272

- Clientes, empréstimos e financiamentos, debêntures, dividendos a pagar e fornecedores decorrem diretamente da operação da Companhia e estão definidos no Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- Depósitos vinculados são classificadas como de valor justo por meio do resultado, cuja hierarquia de valor justo é Nível 1.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de juros; e,
- Risco de operação.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa, equivalentes de caixa e outras contas a receber, conforme detalhado a seguir:

(i) Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo departamento financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira.

Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)	31/12/2017	31/12/2016
AAA (bra)	229	658

(*) Conforme classificação de *rating* pela agência de risco Fitch Rating.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa contábeis contratados:

	<u>A vencer em até 1 ano</u>		<u>A vencer acima de 1 ano</u>		<u>Totais</u>	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Empréstimos e financiamentos	2.780	2.509	34.979	32.439	37.759	34.948
Debêntures	1.258	57	12.112	13.055	13.370	13.112
Fornecedores	554	3.272	-	-	554	3.272

A estratégia financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez. Veja comentário adicional na Nota 1 referente ao capital circulante líquido negativo apresentado pela Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas para travar o custo financeiro das operações.

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

22 Cobertura de seguro

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

	2017	2016
Danos materiais (i)	<u>226.937</u>	<u>238.074</u>
Total	<u>226.937</u>	<u>238.074</u>

- (i) Inclui, por exemplo, danos materiais de bens de terceiros em poder do segurado; bens do segurado em poder de terceiros; danos elétricos; quebra de máquinas; despesas de combate a incêndio; despesas de salvamento e contensão de sinistro; obras civis em construção; entre outros danos materiais.

* * *

Diretoria

Guido Prestes Lemos

Wilson Roberto Melo

Conselho de Administração

Rafael Pesce

Pedro Cunha Fiuza

Nelson Magalhães Graça

Wilson Roberto Melo

Pedro Duarte Guimarães

Luís Felipe Pereira da Silva

Sidney Tescari Medeiros

Rodrigo Nelson Brum Selles

Contador

Antônio Werk Rodrigues Pereira
CRC-CE 016296/0-8